

divida externa

O Brasil não consegue livrar-se do fardo da dívida externa no prazo contratado e muito menos a juros de mercado. O próprio serviço da dívida é do gênero autotélico: o empréstimo vencido só pode ser honrado a partir da contratação de crédito novo.

Nessa rolagem tipo rosca-sem-fim, interrompida nos últimos 15 meses pelo lado dos credores, a Economia brasileira continuará fisicamente enjaulada por um mero impedimento cambial ou por um simples constrangimento contábil — administração do guardalivros sabotando a realização do mestre-de-obras.

Descobre-se, agora, que a recessão brasileira, com sua odiosa subutilização de fatores de produção (em sociedade ainda em construção), está sendo administrada menos para a contenção da inflação (que o invés de baixar, subiu) e mais para a contenção da dívida instantânea.

Teimar, pois, na ginástica da contabilidade externa é submeter o Brasil dos anos 80 ao adestramento do cavalo inglês da anedota — o que morreu de fome exatamente quando aprendeu a ficar sem comer.

Em alguns setores da Economia já se percebe os primeiros sintomas da anorexia, doença letal: produtor com repulência por mercado. O fenômeno é tanto mais sinistro quando se projeta sobre ele o conceito do "produto potencial" — o que, como e onde estaria o Brasil de hoje se a Economia brasileira tivesse feito uso, desde 1980, de sua capacidade então já instalada de produção, em termos de capital e de trabalho.

Essa provocação mental parte da idéia de que o endividado, seja ele indivíduo, empresa ou nação, deve trabalhar mais, produzir mais. No limite do "produto potencial" plantado por investimento já realizado. No caso, reduzindo-se ao mínimo o chamado "hiato do produto", aquela distância que separa, em qualquer empresa ou em qualquer setor o "produto efetivo" (a produção efetivamente realizada no período considerado) do "produto potencial".

A estimativa do "produto potencial", em qualquer Economia, é tarefa complicada. No Brasil, é missão impossível, dado o tamanho da chamada "economia invisível". Logo, não se pode calibrar em dólares o chamado "hiato do produto"

brasileiro no triênio-1981/83.

Mas na base do chutômetro, alguns economistas preferem localizar o "produto potencial" do Brasil na crista de uma taxa histórica de crescimento do PIB de 7,1% ao ano (desde 1947).

Montado nesse critério, o professor Gesner Oliveira Filho, da PUC-SP, informa que nos últimos três anos, a preços de 1983, o Brasil deixou de realizar um produto de Cr\$ 41 trilhões (se ao invés da recessão de 6,5% tivesse registrado uma expansão de 7,1% ao ano no período).

Descartado o critério arbitrário da verificação, tem-se a partir dela uma idéia aproximada dos estragos físicos da recessão econômica. Do ponto de vista social, um desastre ainda maior: a população brasileira cresceu de quase 10 milhões de bocas no triênio.

A renda real por habitante, por conta disso, despencou do índice 100, em 1980, para o índice 88, em 1983, na estimativa do economista Luís Martins Lopes, da USP.

O Brasil, produzindo menos, ficou mais pobre por nossa própria conta e risco. O achaque da agiotagem internacional, vulgo juros extorsivos da dívida externa, encarregou-se de aprofundar o empobrecimento real do País.

O empobrecimento físico dos endividados, submetidos a regimes de recessão dita corretiva (também apelidada de austeridade econômica ou de ajustamento econômico) provocou, desde 1982, um processo de hemorragia cambial, com transferência líquida de capital dos países devedores para os países credores.

O Banco Mundial, que é do ramo, acaba de produzir um relatório sobre o fenômeno. Ano passado, o grupo dos 13 países mais endividados, liderados pelo Brasil, remeteu, em conjunto, US\$ 21 bilhões a mais do que recebeu em novos empréstimos. No caso brasileiro, essa sangria foi de US\$ 3,9 bilhões, segundo Banco Mundial.

Até 1981, o ingresso era maior que o retorno, espécie de transfusão de sangue do poupador para o tomador. Nos últimos dois anos, a transfusão virou hemorragia, levando o devedor ao desmaio.

No seu boletim de fevereiro, o Banco Mundial atropela a linguagem técnica e perpetra uma sacada irônica:

"Os bancos parecem ignorar um aspecto perigoso: A despeito

da enorme controvérsia dos últimos anos, a relação entre países devedores e seus credores externos ainda é a mesma dos parceiros na corrida de sacos: eles podem correr e saltar juntos, podem mancar e tombar juntos, mas não podem separar-se nem no salto nem na queda."

Desde 1981, o lado credor teima em dar rasteira no parceiro devedor, dentro do mesmo saco.

Compete ao Brasil, por exemplo, reclamar do tranco e largar o saco. Juntos, no chão, terão de reerguer-se a quatro mãos, renegociando as regras da corrida. Até aqui, o Brasil está tentando carregar os credores nas costas, dentro do mesmo saco.

Eis que desembarca entre nós o presidente do Bank of America, maior do mundo, e propõe um reescalamento do prazo (sem amortecimento do custo) do que não mais estamos podendo pagar em prazo algum.

Aliás, nem devemos pagar: cada semana, o Brasil desembolsa US\$ 220 milhões de juros a mais do que deveria pagar, no cálculo (ou na denúncia) do economista Stephen Charles Kanitz, da USP, para quem "precisamos urgentemente de indexar nossa dívida externa ao invés de destruir nossa Economia interna."

Samuel Armacost, presidente do Bank of America, jamais entenderia (ou aceitaria) essa proposta, com "punch" de protesto: tirar a inflação americana dos juros, colocando-a, exclusivamente, nas amortizações do principal. O Brasil não mais suporta a sobrecarga desse vício contratual.

Na denúncia bem documentada de Kanitz, "o Brasil já pagou, desde 1978, a bagatela de US\$ 30 bilhões a mais do que seria financeiramente correto..."

Sintam, pois, o calibre da catástrofe escritural e material da espoliação externa da dívida:

1) de um lado, estamos pagando o que não devemos, qualquer coisa parecida com US\$ 30 bilhões, em apenas cinco anos;

2) de outro, por conta da dívida que não devemos, estamos deixando de realizar, aqui dentro, um PIB real de Cr\$ 41 trilhões em apenas três anos.

De contrapeso, a maior inflação da História do Brasil, mecanismo repelente de distribuição desigual da pobreza social.